

## RESUMO - ORIGINALS EM SAÚDE COLETIVA

### **AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO AMAZONAS**

*Raphaela Lorite Stremel Andrade (raphaelalorite@gmail.com)*

*Isabella Lambert Elias (i.lambertelias@gmail.com)*

**INTRODUÇÃO:** A nutrição infantil é um dos principais determinantes da saúde pública, influenciando a sobrevivência, o crescimento físico, o desenvolvimento cognitivo e a prevenção de doenças crônicas. No Brasil, a insegurança alimentar é um desafio estrutural: a POF/IBGE (2017–2018) mostrou: apenas 59% dos domicílios viviam em segurança alimentar, enquanto a Rede PENSSAN estimou, em 2022, que 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, com impacto desproporcional sobre crianças. Na Amazônia, comunidades ribeirinhas enfrentam barreiras que dificultam o acesso a alimentos adequados e a serviços de saúde, vivenciando a dupla carga da má nutrição, caracterizada pela coexistência de deficiências nutricionais e excesso de peso. **OBJETIVOS:** Avaliar o estado nutricional e os hábitos alimentares de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos residentes em comunidades ribeirinhas do Amazonas, identificando fatores de risco relacionados à alimentação e ao desenvolvimento. **METODOLOGIA:** Estudo transversal realizado em julho de 2025 nas comunidades Vila do Cuia e Vila do Jacaré, no Amazonas. Foram aplicados formulários estruturados a pais e responsáveis e aferidos peso e estatura para cálculo do IMC. **RESULTADOS:** Foram avaliados 39 participantes, com idades entre 0 e 16 anos, sendo 51,3% do sexo masculino. A distribuição etária mostrou: 25,6% tinham 0–2 anos, 25,6% 3–5 anos, 30,8%

6–10 anos, 15,4% 11–15 anos e 2,6% acima de 15 anos. Quanto ao consumo de frutas e verduras, 61,5% relataram ingestão diária, enquanto 38,5% não consumiam esses alimentos todos os dias; a ausência foi mais frequente entre 6 e 10 anos (66,7%). O consumo de ultraprocessados, como bolachas, salgadinhos e refrigerantes, foi referido por 74,3%. Pelo IMC por idade, 61,5% estavam eutróficos, 23,1% obesos, 5,1% com sobrepeso e 10,3% em baixo peso. A estratificação mostrou: 50,0% de obesidade em 0–2 anos; 20,0% em 3–5 anos; 25,0% de baixo peso e 8,3% obesidade em 6–10 anos; 33,3% de sobrepeso e 16,7% obesidade em 11–15 anos; e baixo peso em 1 caso acima de 15 anos. DISCUSSÃO: Os resultados evidenciam vulnerabilidade nutricional distinta por faixa etária: obesidade precoce em menores de 5 anos, baixo peso em escolares e excesso de peso em adolescentes. Esse padrão reflete a complexidade da dupla carga da má nutrição, que se expressa de formas diferentes ao longo do ciclo de vida. A elevada frequência de ultraprocessados reforça o impacto da transição nutricional em comunidades amazônicas, marcada por desigualdade no acesso a alimentos regionais e saudáveis. Em consonância com a POF/IBGE (2017–2018) e a Rede PENSSAN (2022), os achados confirmam: a insegurança alimentar afeta de modo desproporcional populações infantis vulneráveis. CONCLUSÃO: O estudo revelou vulnerabilidades nutricionais significativas entre crianças e adolescentes ribeirinhos, com padrões distintos conforme a idade. A obesidade precoce, o baixo peso em escolares e o excesso de peso em adolescentes, associados ao consumo de ultraprocessados e às dificuldades de desenvolvimento, reforçam a necessidade de estratégias específicas por ciclo de vida. Conclui-se que a articulação entre atenção primária, programas de alimentação e incentivo à produção local deve ser priorizada para reduzir desigualdades e garantir o direito à alimentação adequada de crianças amazônicas.

Palavras-chave: estado nutricional; crianças e adolescentes; populações ribeirinhas.